Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão do Desenvolvimento Regional

2026/2027(INI)

24.7.2026

ALTERAÇÕES
1 - 250

Projeto de relatório
Denis Nesci
(PE790.121v01-00)

A política de coesão, o motor da execução do programa da UE para as cidades
(2026/2027(INI))

AM_Com_NonLegReport

Alteração 1
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 1-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta os artigos 2.º e 3.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia (TUE),

Or. en

Alteração 2
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 2-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta os artigos 21.º e 26.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE),

Or. en

Alteração 3
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 5-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/1057 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que cria o Fundo Social Europeu Mais (FSE+),

Or. en

Alteração 4
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 6-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2025/1914 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2025, que altera os Regulamentos (UE) 2021/1058 e (UE) 2021/1056 no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos no contexto da revisão intercalar,

Or. en

Alteração 5
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 6-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/695 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de abril de 2021, que estabelece o Horizonte Europa – Programa-Quadro de Investigação e Inovação e que define as suas regras de participação e difusão,

Or. en

Alteração 6
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 7-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Missão da UE: «Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes», que recebe financiamento do Horizonte Europa e o «selo de missão europeia»;

Or. en

Alteração 7
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 12-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Recomendação (UE) 2025/1021 da Comissão, de 22 de maio de 2025, sobre a pobreza em matéria de transportes: assegurar uma mobilidade comportável, acessível e equitativa,

Or. en

Alteração 8
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 16-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 25 de março de 2021, sobre o tema «Estabelecer uma estratégia da UE para o turismo sustentável»,

Or. en

Alteração 9
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 22-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 27 de novembro de 2025, sobre a estratégia da UE sobre os direitos das pessoas com deficiência para o período após 2024 (2025/2057(INI)),

Or. en

Alteração 10
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 23-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 28 de abril de 2026, sobre o reforço da conectividade, a preservação do património cultural e o estímulo da excelência local no turismo europeu: gestão dos destinos e crescimento do turismo regional (2025/2120(INI)),

Or. en

Alteração 11
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 24-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD),

Or. en

Alteração 12
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 25-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a comunicação da Comissão, de 3 de março de 2021, intitulada «União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030» (COM(2021)0101),

Or. en

Alteração 13
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Citação 26-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Estratégia da UE para a Igualdade de Género e o Roteiro dos Direitos das Mulheres da UE,

Or. en

Alteração 14
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Citação 27-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório de janeiro de 2026 elaborado pela ESPON URDICO – «Urban Dimension of Cohesion Policy and other EU programmes» [A dimensão urbana da

política de coesão e outros programas da UE],

Or. en

Alteração 15
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Citação 29-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório de janeiro de 2026 elaborado pela ESPON URDICO – «Urban Dimension of Cohesion Policy and other EU programmes» [A dimensão urbana da política de coesão e outros programas da UE],

Or. en

Alteração 16
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
Citação 29-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório, de janeiro de 2026, intitulado «Urban Dimension of Cohesion Policy and other EU programmes» [A dimensão urbana da política de coesão e outros programas da UE], elaborado pela ESPON URDICO,

Or. en

Alteração 17
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que os habitantes das cidades e de outras zonas urbanas representam cerca de três quartos da população da UE;	A. Considerando que os habitantes das cidades e de outras zonas urbanas representam cerca de três quartos da população da UE ***e que quase toda a população universitária está concentrada nas cidades***; ***que as áreas metropolitanas incluem aldeias vizinhas com uma população que trabalha, estuda e participa na vida cultural das cidades, utilizando serviços e infraestruturas; que as zonas urbanas funcionais e as regiões metropolitanas exigem abordagens de planeamento integradas que tenham em conta a crescente interdependência entre as cidades, as zonas periurbanas e as comunidades rurais circundantes;***

Or. en

Alteração 18
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que os habitantes das cidades e de outras zonas urbanas representam cerca de três quartos da população da UE;	A. Considerando que os habitantes das cidades e de outras zonas urbanas representam cerca de três quartos da população da UE; ***que as cidades europeias, quer se situem em regiões costeiras, insulares, interiores, montanhosas, rurais ou fronteiriças, apresentam um elevado grau de diversidade social, económica, territorial, demográfica, cultural e histórica.***

Or. en

Alteração 19
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que o desenvolvimento territorial equilibrado continua a ser um objetivo essencial da política de coesão, nos termos do artigo 174.º do TFUE, que exige que a União reforce a sua coesão económica, social e territorial, reduzindo as disparidades entre regiões e assegurando que todos os territórios, incluindo as zonas urbanas de diferentes dimensões, possam contribuir e beneficiar do desenvolvimento sustentável e da competitividade;

Or. en

Alteração 20
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que as zonas urbanas são responsáveis por 70% das emissões globais de CO2, estando os transportes e os edifícios entre os maiores contribuintes;

Or. en

Alteração 21
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa e que o seu desenvolvimento sustentável é ***orientado*** por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE;	B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa e ***são os principais motores da inovação e da competitividade, e*** que o seu desenvolvimento sustentável é ***apoiado*** por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE; ***que a transição económica e as múltiplas crises estão a ter um forte impacto na vida e nos serviços que as cidades devem oferecer tanto às indústrias como aos cidadãos; que as cidades são cada vez mais chamadas a fazer face às consequências sociais e económicas da transformação industrial, das alterações demográficas, da transição energética e dos desafios geopolíticos;***

Or. en

Alteração 22
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa e que o seu desenvolvimento sustentável é orientado por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE;	B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa e que o seu desenvolvimento sustentável é orientado por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE; ***que não existe um instrumento de financiamento da UE distinto e claro para as cidades, o que conduz a um risco de sobreposição entre diferentes instrumentos e cria complexidade administrativa para os municípios que beneficiam de***

financiamento da UE;

Or. en

Alteração 23
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa ***e que*** o seu desenvolvimento sustentável é orientado por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE;	B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa***, na promoção da saúde pública, na prevenção de doenças e no bem-estar dos cidadãos, em conformidade com a abordagem «Saúde em todas as políticas» e o programa «Cidades Saudáveis» da OMS.*** O seu desenvolvimento sustentável é orientado por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE;

Or. en

Alteração 24
Raquel García Hermida-Van Der Walle, Ľubica Karvašová, Dan Barna

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa e que o seu desenvolvimento sustentável é orientado por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE;	B. Considerando que as cidades desempenham um papel central na vitalidade económica e social da Europa ***e na adaptação às alterações climáticas,*** e que o seu desenvolvimento sustentável é orientado por instrumentos fundamentais da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e a Agenda Urbana da UE;

Or. en

Alteração 25
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que os centros urbanos, enquanto ecossistemas complexos que influenciam e sofrem dinâmicas climáticas através da habitação, da mobilidade e dos sistemas energéticos, devem funcionar como polos de experimentação e modelos de inovação de governação para acelerar a transição ecológica e a consecução do objetivo de neutralidade climática;

Or. it

Alteração 26
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que, de acordo com o princípio da subsidiariedade, as decisões devem ser tomadas ao nível mais próximo dos cidadãos, adotando uma abordagem ascendente do nível local para os níveis regional, nacional e da UE; que os valores democráticos e a participação dos cidadãos nas políticas públicas têm maior visibilidade e impacto direto a nível local;

Or. en

Alteração 27
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que a Agenda da UE para as Cidades deve complementar e não competir com outras políticas territoriais, promovendo uma cooperação mutuamente benéfica entre as cidades, as regiões circundantes e as zonas rurais;

Or. en

Alteração 28
Raquel García Hermida-Van Der Walle, Ľubica Karvašová, Dan Barna, Elsi Katainen

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que os princípios da coesão e da convergência são fundamentais para o projeto europeu e que a Europa prosperará quando nenhuma região, cidade ou outra zona urbana for deixada para trás;

Or. en

Alteração 29
Denis Nesci

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que os órgãos de poder local e regional aplicam e utilizam aproximadamente 70 % da legislação da

UE;

Or. it

Alteração 30
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando B-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-B. Considerando que as cidades desempenharam um papel histórico na configuração das comunidades políticas; que as cidades continuam a desempenhar um papel central na criação da identidade dos cidadãos e na participação cívica nas suas comunidades locais; que as cidades são fundamentais para a promoção da cultura, dos valores e das tradições europeias, incluindo o seu património cultural;

Or. en

Alteração 31
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando B-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-B. Considerando que a execução da Agenda da UE para as Cidades deve basear-se nos instrumentos da política de coesão e nas estruturas de governação existentes, evitando duplicações administrativas desnecessárias e uma maior complexidade institucional;

Or. en

Alteração 32
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação;	C Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação; ***que este afluxo de população das zonas rurais para as zonas urbanas e das cidades de pequena e média dimensão para as grandes áreas metropolitanas tem um impacto direto na disponibilidade de habitação; que o crescimento populacional nas grandes áreas metropolitanas e a perda de poder de compra dos agregados familiares de rendimentos baixos e médios afetam negativamente a sua possibilidade de adquirir ou arrendar habitação a preços acessíveis nas grandes cidades; que esta dificuldade em aceder a habitação a preços acessíveis obriga muitos cidadãos a adiar decisões importantes para a vida, como a formação de novas famílias; que a política de coesão é fundamental para dar resposta tanto à distribuição e fixação da população entre regiões e zonas, como à escassez de habitação a preços acessíveis nas zonas urbanas;***

Or. en

Alteração 33
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas	C. Considerando que as zonas urbanas

estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação;	estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação***, dos impactos crescentes das alterações climáticas e do enraizamento profundo das desigualdades microterritoriais***; ***que a pobreza infantil tem uma dimensão espacial acentuada e que, em bairros urbanos marginalizados ou periféricos, aumenta exponencialmente o risco de exclusão social e a exposição a múltiplas vulnerabilidades em comparação com outros bairros da mesma cidade, exigindo uma sinergia ecológica e infraestrutural essencial com as zonas rurais, montanhosas e interiores circundantes;***
	Or. it

Alteração 34
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação;	C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação***, do envelhecimento das infraestruturas, dos edifícios e espaços industriais abandonados, dos baixos níveis de qualidade do ar, das vagas de calor e de outros impactos climáticos e catástrofes naturais***; ***que o mercado de habitação para estudantes está a colocar uma pressão financeira sem precedentes sobre as famílias e os jovens, aumentando exponencialmente os custos do ensino superior;***
	Or. en

Alteração 35
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação;	C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do aumento dos preços da habitação; ***que a Europa enfrenta não só uma crise da habitação, mas, acima de tudo, uma crise de acessibilidade económica, e que, na UE, entre 2010 e o segundo trimestre de 2025, as rendas aumentaram 28,8 % e os preços da habitação 60,5 %;***

Or. ro

Alteração 36
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes ***do afluxo de população às cidades e*** do aumento dos preços da habitação;	C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes ***das alterações climáticas, do crescimento da população urbana,*** do aumento dos preços da habitação ***e dos processos de gentrificação que estão a exacerbar as desigualdades sociais e económicas e a reduzir progressivamente o acesso aos serviços essenciais e a condições de vida dignas, com um impacto desproporcionado nos residentes mais vulneráveis***;

Or. en

Alteração 37
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades ***e*** do aumento dos preços da habitação;	C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com desafios ***novos, múltiplos e sobrepostos***, incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades***,*** do aumento dos preços da habitação ***e da escassez de habitação, das crescentes necessidades de infraestruturas, do aumento dos custos da energia, dos riscos climáticos e dos desafios em matéria de segurança, que exigem uma resposta integrada e de base territorial, adaptada às circunstâncias locais;***

Or. en

Alteração 38
Denis Nesci

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios***, incluindo os*** decorrentes do afluxo de população às cidades ***e*** do aumento dos preços da habitação;	C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios decorrentes do afluxo de população às cidades***, bem como*** do aumento dos preços da habitação ***e da energia, o que exige o necessário desenvolvimento habitacional, novas medidas de proteção ambiental e de poupança de energia***;

Or. it

Alteração 39
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes ***do afluxo de população às cidades*** e do aumento dos preços da habitação;	C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com novos desafios, incluindo os decorrentes ***das pressões migratórias internas e externas sobre a*** população***, dos crescentes desequilíbrios demográficos entre zonas urbanas e rurais*** e do aumento dos preços da habitação;

Or. en

Alteração 40
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com ***novos*** desafios, ***incluindo os decorrentes do afluxo de população às cidades e do*** aumento dos preços da habitação;	C. Considerando que as zonas urbanas estão sobrecarregadas com ***múltiplos*** desafios, ***como o*** aumento dos ***custos, o congestionamento, a poluição, a acessibilidade dos*** preços da habitação***, as disparidades territoriais, a pobreza, a desigualdade e a exclusão social***;

Or. en

Alteração 41
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que os planos locais

de aquecimento e arrefecimento e os planos nacionais de renovação de edifícios são frequentemente desenvolvidos através de quadros de governação separados, resultando num planeamento fragmentado, em ciclos de investimento desalinhados e em dificuldades para os órgãos de poder local na otimização das infraestruturas energéticas, na redução das emissões e na prevenção de investimentos irrecuperáveis; que uma coordenação mais forte entre estes instrumentos de planeamento é essencial para assegurar uma abordagem integrada, eficiente e de base local dos objetivos climáticos e energéticos da União;

Or. en

Alteração 42
Dan Barna, Ľubica Karvašová, Elsi Katainen

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que as cidades de pequena e média dimensão são confrontadas com a transição económica, a migração industrial e as alterações demográficas, que têm dificuldade em manter e atrair jovens e investidores para manter e desenvolver o ecossistema económico e social local, construir e modernizar as infraestruturas e oferecer serviços públicos de qualidade;

Or. en

Alteração 43
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução

Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que as cidades de pequena e média dimensão e os centros urbanos mais atrasados são diretamente afetados pelo desafio demográfico; que a urbanização ocorre sobretudo nas grandes cidades, nas áreas metropolitanas e nas suas imediações; que existe uma tendência para concentrar excessivamente a população e os serviços nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas;

Or. en

Alteração 44
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que a migração descontrolada exerceu uma pressão crescente sobre os mercados da habitação, os sistemas educativos, os serviços de saúde e as infraestruturas públicas em várias cidades europeias, agravando ainda mais os desafios urbanos existentes;

Or. en

Alteração 45
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain

Proposta de resolução
Considerando C-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-B. Considerando que a integração bem-sucedida dos nacionais de países

terceiros legalmente residentes depende da capacidade das comunidades locais, da disponibilidade de habitação, dos serviços públicos e das oportunidades de emprego e não deve comprometer a coesão social;

Or. en

Alteração 46
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando C-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-B. Considerando que a financeirização da habitação, o investimento especulativo e a rápida expansão dos mercados de alojamento de curta duração reduziram ainda mais a disponibilidade de habitação a preços acessíveis em muitas zonas urbanas;

Or. en

Alteração 47
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-B. Considerando que a situação de sem-abrigo, a privação material e a pobreza estão entre os principais problemas sociais dos europeus que vivem nas cidades;

Or. en

Alteração 48

Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando C-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-C. Considerando que as cidades estão na vanguarda da execução das transições ecológica e digital e necessitam de recursos financeiros adequados, conhecimentos técnicos especializados e flexibilidade regulamentar para testar e implantar soluções inovadoras que melhorem a sustentabilidade, a competitividade e a qualidade de vida;

Or. en

Alteração 49
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando C-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-C. Considerando que as políticas urbanas implicam frequentemente compromissos entre objetivos ambientais, económicos e sociais, pelo que devem ser concebidas de forma equilibrada, tendo em conta as circunstâncias locais e as especificidades territoriais;

Or. en

Alteração 50
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando C-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*

C-D. Considerando que a garantia de espaços públicos seguros, o combate ao crime organizada, à violência, ao vandalismo e a outras formas de insegurança urbana é uma condição prévia para o desenvolvimento urbano sustentável e para a manutenção da confiança dos cidadãos nas autoridades públicas e da qualidade de vida dos residentes;

Or. en

Alteração 51
Dan Barna, Ľubica Karvašová, Elsi Katainen

Proposta de resolução
Considerando C-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-D. Considerando que a política de coesão continua a ser a principal política de investimento da União para assegurar o desenvolvimento territorial sustentável e reduzir as disparidades regionais, e deve continuar a constituir o principal quadro para o desenvolvimento urbano integrado;

Or. en

Alteração 52
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;	D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;

	que os instrumentos financeiros devem contribuir para a modernização do parque habitacional necessário para a adaptação aos novos regulamentos relativos à sustentabilidade dos edifícios; que a política de coesão deve também contribuir para o apoio à regeneração e conversão de edifícios abandonados e devolutos em habitação a preços acessíveis e instalações comunitárias;

Or. en

Alteração 53
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;	D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens***, apoiando investimentos que aumentem a oferta de habitação adequada, regenerem zonas urbanas subutilizadas, melhorem as infraestruturas essenciais e reforcem a resiliência social, económica e demográfica a longo prazo das cidades e das regiões***;

Or. en

Alteração 54
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de	D. Considerando que a política de

coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;	coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens; ***que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes para sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos;***

Or. ro

Alteração 55
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;	D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens***, respeitando plenamente as competências dos Estados-Membros e dos órgãos de poder local e regional em matéria de habitação e ordenamento do território e abrangendo tanto a habitação de renda acessível como o acesso a habitação própria***;

Or. en

Alteração 56
Denis Nesci

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um	D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um

mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;	mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias ***de rendimentos baixos e médios, os residentes urbanos, as famílias com crianças, as mulheres*** e os jovens;

Or. it

Alteração 57
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para ***as famílias*** e os jovens;	D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível ***, sustentável, digno*** e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para ***os grupos vulneráveis*** e os jovens;

Or. en

Alteração 58
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;	D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias***, a classe média,*** e os jovens;

Or. pt

Alteração 59
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;	D. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível***, sustentável*** e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens;

Or. en

Alteração 60
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que a política de coesão da UE deve contribuir para um mercado da habitação acessível e a preços comportáveis para todas as pessoas na UE, em particular para as famílias e os jovens; que a revisão intercalar da política de coesão salientou a necessidade de uma maior orientação dos fundos para investimentos em habitação a preços acessíveis e na regeneração urbana, refletindo a gravidade da crise da habitação em muitos Estados-Membros; que a futura política de coesão deve avançar neste sentido, dando aos Estados-Membros e às autoridades locais maior flexibilidade para utilizar os fundos europeus para construir, renovar e tornar as habitações mais eficientes do ponto de vista energético;

Or. ro

Alteração 61
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que a desvantagem estrutural a nível microterritorial é alimentada pela sobreposição entre condições de habitação precárias, a falta de infraestruturas educativas e educativas de qualidade, a falta de zonas verdes e de espaços públicos acessíveis; que este «vácuo social e educativo» pode prejudicar a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o exercício efetivo dos direitos das crianças e dos adolescentes, alimentando dinâmicas de estigma social que moldam as aspirações futuras das novas gerações;

Or. it

Alteração 62
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que já se observou um aumento muito grave das temperaturas noturnas e diurnas nas cidades europeias, prevendo-se que se agrave, com impacto na saúde, na produtividade humana e na qualidade ambiental global;

Or. en

Alteração 63
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando D-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-B. Considerando que os estudantes e os jovens em formação enfrentam obstáculos significativos no acesso à habitação e sofrem de uma taxa insustentável de sobrecarga dos custos de habitação; que a disponibilidade de habitação digna e a preços acessíveis é uma condição prévia fundamental para promover a capacitação dos jovens, proteger a saúde mental e salvaguardar o direito à mobilidade académica e de estudo em toda a União;

Or. it

Alteração 64
Denis Nesci

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a Agenda da UE para as Cidades define a visão, as políticas e um conjunto de ações da União Europeia que se podem aplicar a cidades de todas as dimensões;	E. Considerando que a Agenda da UE para as Cidades define a visão, as políticas e um conjunto de ações da União Europeia que se podem aplicar a cidades de todas as dimensões ***e proporciona também um quadro prospetivo para um desenvolvimento urbano sustentável e integrado***;

Or. it

Alteração 65
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a Agenda da UE para as Cidades define a visão, as políticas e um conjunto de ações da União Europeia que se podem aplicar a cidades de todas as dimensões;	E. Considerando que a Agenda da UE para as Cidades define a visão, as políticas e um conjunto de ações da União Europeia que se podem aplicar a cidades de todas as dimensões***, reconhecendo simultaneamente as suas diversas características territoriais, demográficas e económicas***;

Or. en

Alteração 66
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que os desequilíbrios demográficos afetam tanto as cidades em expansão, que enfrentam pressões crescentes sobre o mercado da habitação, as infraestruturas e os serviços públicos, como as cidades em declínio, que enfrentam o envelhecimento da população, o despovoamento, o êxodo dos jovens e a mão de obra qualificada, bem como uma base económica e orçamental em contração; que a política de coesão deve proporcionar soluções de base local diferenciadas e flexíveis, adaptadas às necessidades específicas de cada município e região;

Or. ro

Alteração 67
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que não existe uma definição única juridicamente vinculativa de cidade a nível da União, que reflita a diversidade das estruturas territoriais, administrativas e de governação nos Estados-Membros, e que a Agenda da UE para as Cidades deve, por conseguinte, ser executada através de uma abordagem flexível e de base local que tenha em conta as diferentes características, funções e capacidades das cidades de todas as dimensões, respeitando plenamente os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade;

Or. en

Alteração 68
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que a Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO) da Comissão, graças aos seus conhecimentos especializados, à sua experiência e ao seu envolvimento de longa data com as cidades e as regiões, está numa posição privilegiada para liderar a execução da Agenda da UE para as Cidades e das ações de política urbana conexas;

Or. en

Alteração 69
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando E-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-B. Considerando que o desenvolvimento sustentável das cidades não pode ocorrer sem o desenvolvimento equilibrado das zonas rurais e periurbanas; que a concentração de investimento e de oportunidades económicas nos grandes centros urbanos, associada ao subdesenvolvimento de muitas zonas rurais, favorece a migração interna, aumenta a pressão sobre o mercado da habitação, os transportes e os serviços públicos nas cidades e acentua as disparidades territoriais; que a política de coesão deve promover o desenvolvimento policêntrico, reforçando as cidades de pequena e média dimensão e as suas ligações com as comunidades rurais, através de investimentos na conectividade, nos serviços públicos, nas infraestruturas e no desenvolvimento económico local;

Or. ro

Alteração 70
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que a regeneração dos bairros urbanos e a reutilização de terrenos e edifícios abandonados ou subutilizados é um instrumento essencial para o desenvolvimento urbano sustentável, ajudando a limitar a

expansão descontrolada das cidades, a proteger as terras agrícolas e os espaços verdes e a utilizar de forma mais eficiente as infraestruturas existentes; que estes investimentos ajudam a revitalizar os bairros em declínio, a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, a criar novas oportunidades económicas e empregos, a atrair investimento privado e a aumentar a atratividade das cidades enquanto locais para viver e investir; que a política de coesão deve dar mais prioridade aos projetos integrados de regeneração urbana, em estreita cooperação com os órgãos de poder local e regional;

Or. ro

Alteração 71
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que as políticas de coesão devem promover o direito a ficar em todos os territórios, incluindo nas zonas urbanas e cidades, criando as condições necessárias para que os cidadãos possam viver, trabalhar e prosperar no local onde escolhem residir, nomeadamente através do acesso a serviços públicos de qualidade, incluindo nos domínios da saúde, educação, bem como de melhores condições de conectividade e mobilidade;

Or. pt

Alteração 72
Dan Barna, Ľubica Karvašová, Elsi Katainen

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que os ecossistemas urbanos e os ecossistemas de inovação urbana têm potencial para serem uma força motriz para a digitalização, a modernização e as soluções sustentáveis em todos os setores; que os ecossistemas de inovação podem contribuir significativamente para a mobilidade inteligente, a segurança urbana, a resiliência às alterações climáticas e a prestação de serviços públicos de qualidade;

Or. en

Alteração 73
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que os municípios são o nível de governo mais próximo dos cidadãos e desempenham um papel decisivo na promoção da saúde, da coesão social e na redução das desigualdades, bem como na resposta a todos os tipos de crises;

Or. en

Alteração 74
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando F-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-B. Considerando que, de acordo com o Eurobarómetro de 2025, a falta de habitação a preços acessíveis (51 %), o desemprego ou a falta de oportunidades de emprego (33 %), a insuficiência de serviços públicos de qualidade (32 %) e a pobreza e a situação de sem-abrigo (32 %) constituem as principais preocupações dos cidadãos que vivem nas zonas urbanas, evidenciando a necessidade de reforçar o papel da política de coesão na resposta a estes desafios;

Or. pt

Alteração 75
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando F-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-C. Considerando que as cidades constituem motores essenciais da competitividade europeia, concentrando talento, inovação, investigação e atividade económica, e que importa reforçar a conectividade, a sua capacidade para promover crescimento sustentável, cadeias de valor resilientes, empreendedorismo e emprego de qualidade, garantindo que a competitividade contribui para uma União mais coesa e inclusiva;

Or. pt

Alteração 76
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;	G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades ***e dos órgãos de poder local*** no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria; ***que os órgãos de poder local competentes devem ser envolvidos na conceção, execução e acompanhamento dos fundos da UE nos domínios de intervenção em que são competentes, incluindo a habitação e a mobilidade urbana;***

Or. en

Alteração 77
Raquel García Hermida-Van Der Walle, Ľubica Karvašová, Dan Barna

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;	G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria***, que deve igualmente ser aplicado em todos os fundos e programas pertinentes da UE***;

Or. en

Alteração 78
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução

Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;	G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas***, bem como na sua gestão e implementação***, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria ***e de subsidiariedade***;

Or. pt

Alteração 79
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;	G. Considerando que o êxito da agenda depende da ***cooperação eficaz e da*** participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas***, quando adequado***, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;

Or. en

Alteração 80
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação	G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação

significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;	significativa das cidades no processo de elaboração de políticas ***e de uma execução célere***, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;

Or. en

Alteração 81
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;	G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem ***ascendente e*** de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;

Or. ro

Alteração 82
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;	G. Considerando que o êxito da agenda depende da participação significativa das cidades no processo de elaboração de políticas, através de uma abordagem ***integrada*** de base local e de uma governação a vários níveis eficaz, em conformidade com o princípio da parceria;

Or. en

Alteração 83
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando G-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	G-A. Considerando que a abordagem de base local deve assentar no princípio da «justiça territorial», assegurando a igualdade de direitos de cidadania, investimento e acessibilidade aos serviços essenciais, independentemente da localização geográfica, combatendo assimetrias históricas entre os polos urbanos e as zonas rurais e interiores;

Or. it

Alteração 84
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que o reforço das capacidades administrativas exige procedimentos administrativos simplificados, uma assistência técnica específica e mecanismos de reforço das capacidades adaptados às cidades de todas as dimensões;	H. Considerando que o reforço das capacidades administrativas exige procedimentos administrativos simplificados, uma assistência técnica específica e mecanismos de reforço das capacidades adaptados às cidades de todas as dimensões***, assegurando maior flexibilidade e uma resposta mais eficaz às especificidades e necessidades territoriais***;

Or. pt

Alteração 85

Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que as diferentes zonas urbanas e cidades apresentam desafios e especificidades próprias, em particular as cidades localizadas nas regiões ultraperiféricas, que enfrentam constrangimentos estruturais permanentes, reconhecidos no artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, decorrentes da sua situação geográfica, nomeadamente o afastamento, a insularidade e a limitada acessibilidade, exigindo, por conseguinte, abordagens territoriais adaptadas e medidas específicas no âmbito da política de coesão;

Or. pt

Alteração 86
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que a política de coesão deve visar não só o desenvolvimento de grandes centros urbanos, mas também o reforço de uma rede policêntrica de cidades de pequena e média dimensão, capaz de gerar desenvolvimento económico e de reduzir a pressão sobre as grandes aglomerações urbanas;

Or. ro

Alteração 87
Christian Doleschal

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	(H-A) Considerando que as cidades formam espaços económicos, de vida, de trabalho e culturais funcionais com as zonas rurais e que o seu desenvolvimento está estreitamente ligado; que a política de coesão deve promover as correspondentes sinergias territoriais;

Or. de

Alteração 88
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-B. Considerando que a acessibilidade e a conectividade constituem fatores essenciais para a coesão económica, social e territorial das cidades, e que, de acordo com o Eurobarómetro de 2025, 29% dos cidadãos identificam a disponibilidade de transportes públicos acessíveis e bem interligados como uma das áreas que mais carecem de melhorias; considerando, além disso, que as regiões ultraperiféricas enfrentam desafios específicos em matéria de conectividade e acessibilidades, decorrentes da insularidade, do afastamento e da fragmentação territorial, exigindo soluções adaptadas e específicas, através de um programa tipo "POSEI-Transportes", nos transportes rodoviários, aéreos e marítimos, nomeadamente para reforçar as ligações entre cidades e garantir a sua plena

integração no espaço europeu e mercado único;

Or. pt

Alteração 89
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-C. Considerando que as cidades desempenham um papel central na prevenção, preparação e resposta a crises, incluindo catástrofes naturais, fenómenos climáticos extremos, e outros riscos emergentes, e que o reforço da resiliência urbana e dos sistemas de proteção civil requer uma abordagem integrada, baseada na cooperação entre níveis de governação, na proteção das infraestruturas críticas, no reforço das capacidades locais e na utilização de soluções inovadoras;

Or. pt

Alteração 90
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-D. Considerando que algumas cidades da União desempenham um papel estratégico na defesa e segurança europeias devido à sua localização em zonas fronteiriças terrestres e marítimas, nomeadamente nas regiões periféricas do Atlântico e nas regiões ultraperiféricas, cujas posições geoestratégicas no

Atlântico, no mar das Caraíbas e no Índico reforçam a presença e a capacidade de projeção da União;

Or. pt

Alteração 91
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-E. Considerando que as cidades enfrentam desafios crescentes associados ao tráfico ilícito de drogas, incluindo o aumento da circulação de novas substâncias psicoativas "novas drogas sintéticas", com impactos significativos na saúde pública, na segurança urbana, na pobreza e na exclusão social, nomeadamente no agravamento de situações de sem-abrigo e vulnerabilidade, exigindo uma abordagem integrada que combine prevenção, redução de riscos, resposta social e reforço da cooperação entre autoridades;

Or. pt

Alteração 92
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-F. Considerando que as cidades desempenham um papel central nas transições digital e energética da União, bem como na adaptação às alterações climáticas, exigindo investimentos em inovação, eficiência energética,

digitalização dos serviços públicos, mobilidade sustentável e soluções baseadas na natureza, a fim de reforçar a resiliência urbana, reduzir as desigualdades territoriais e promover um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, com o objetivo último de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;

Or. pt

Alteração 93
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-G (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-G. Considerando que as cidades desempenham um papel fundamental na promoção do acesso equitativo a uma educação e formação de qualidade, do desenvolvimento de competências e da aprendizagem ao longo da vida, contribuindo para reduzir as desigualdades, reforçar a mobilidade social e garantir melhores oportunidades para todos os cidadãos;

Or. pt

Alteração 94
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-H (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-H. Considerando que as cidades desempenham um papel essencial na promoção da saúde pública e do bem-estar, através de serviços de saúde

acessíveis e de programas de base comunitária orientados para a prevenção, a saúde mental, a inclusão social e a proximidade dos cuidados, contribuindo para sistemas de saúde mais resilientes, centrados nas pessoas e para o reforço da coesão social e territorial, e que 42 % dos cidadãos consideram que o acesso a serviços de saúde constitui uma das áreas que mais carece de melhorias nas suas cidades;

Or. pt

Alteração 95
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-I (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-I. Considerando que as cidades costeiras, insulares e das regiões ultraperiféricas possuem um potencial estratégico no desenvolvimento da economia azul sustentável, da investigação científica e da monitorização ambiental dos oceanos, bem como na promoção de um turismo sustentável, devendo ser apoiadas na valorização dos seus recursos marítimos, na proteção dos ecossistemas e na criação de novas oportunidades económicas, em benefício da coesão económica, social e territorial da União;

Or. pt

Alteração 96
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando H-J (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-J. Considerando que as cidades desempenham um papel essencial na promoção da transformação digital e na redução do fosso digital, enquanto motores de inovação e difusão tecnológica, devendo ser assegurado um acesso equitativo a infraestruturas, competências e serviços digitais de qualidade, de forma a reforçar a competitividade, a inclusão digital e a coesão territorial;

Or. pt

Alteração 97
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que a proposta relativa aos planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) não reconhece adequadamente o papel estratégico das cidades;	I. Considerando que a proposta relativa aos planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) não reconhece adequadamente o papel estratégico das cidades; ***que não existe qualquer disposição que garanta o financiamento das cidades e das zonas urbanas e a criação de capítulos urbanos no âmbito do Plano PNR; que, no atual período de programação 2021-2027, existem programas operacionais no âmbito do FEDER especificamente adaptados às cidades e às zonas urbanas;***

Or. en

Alteração 98
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que a proposta relativa aos planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) não reconhece adequadamente o papel estratégico das cidades;	I. Considerando que a proposta relativa aos planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) não reconhece adequadamente o papel estratégico das cidades ***e das regiões e corre o risco de enfraquecer a dimensão regional e local da política de coesão, o princípio da parceria e da gestão partilhada, transferindo a tomada de decisões para o nível nacional***;

Or. en

Alteração 99
Klara Dostalova, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que ***a proposta relativa aos*** planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) ***não reconhece adequadamente o papel estratégico*** das cidades;	I. Considerando que ***os*** planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) ***devem respeitar plenamente o princípio da parceria, assegurando a participação significativa*** das cidades***, das regiões e de outras partes interessadas relevantes, preservando simultaneamente a responsabilidade dos Estados-Membros pela programação e gestão da política de coesão***;

Or. en

Alteração 100
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*

I. Considerando que a proposta relativa aos planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) não reconhece adequadamente o papel estratégico das cidades;	I. Considerando que a proposta relativa aos planos de parceria nacionais e regionais (planos PNR) não reconhece adequadamente o papel estratégico das cidades ***e não garante que o seu contributo seja incluído na versão final dos planos***; ***;***
	Or. en

Alteração 101
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando I-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	I-A. Considerando que os municípios das regiões fronteiriças externas da União suportam de forma desproporcionada os custos económicos, sociais e de segurança resultantes da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, nomeadamente através da redução da atratividade do investimento, da perturbação dos fluxos comerciais e das pressões sobre as infraestruturas e os serviços públicos; que estes são elementos fundamentais da conectividade, resiliência e segurança da União e devem beneficiar de apoio específico no âmbito da política de coesão para investimentos em infraestruturas, mobilidade, conectividade digital, habitação e regeneração urbana;
	Or. ro

Alteração 102
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
Considerando I-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	I-A. Considerando que a política de coesão deve continuar a ser uma política de base local e gerida a nível regional, regida pelos princípios da subsidiariedade, da proporcionalidade e da parceria, e não deve ser transformada num instrumento centralizado e baseado no desempenho que retire os órgãos de poder local e regional da conceção e gestão dos investimentos;

Or. en

Alteração 103
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
Considerando I-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	I-B. Considerando que muitas cidades europeias e zonas circundantes enfrentam o declínio demográfico, o envelhecimento e as baixas taxas de natalidade, e que a política de coesão deve apoiar as famílias, a renovação geracional e as condições que permitem aos jovens permanecer ou regressar aos seus territórios de origem;

Or. en

Alteração 104
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
Considerando I-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	I-C. Considerando que uma agenda da UE para as cidades não deve conduzir à negligência das zonas rurais,

montanhosas, fronteiriças e escassamente povoadas, e que as zonas urbanas e rurais são funcionalmente interdependentes e devem ser apoiadas de forma integrada e equilibrada;

Or. en

Alteração 105
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia;	1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia; ***salienta que a Agenda deve complementar plenamente, e não substituir, a dimensão territorial da política de coesão, reconhecendo que o desenvolvimento urbano sustentável depende de fortes ligações funcionais com as regiões circundantes e as zonas rurais; sublinha, no entanto, que esta agenda só pode ser executada se as cidades e as áreas metropolitanas tiverem acesso a instrumentos financeiros adequados a nível europeu e nacional e forem elegíveis ao abrigo de todos os fundos europeus diretos;***

Or. en

Alteração 106
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia;	1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia; ***salienta que a sua execução deve respeitar plenamente os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, reforçar a abordagem de base local da política de coesão e evitar a criação de encargos administrativos desnecessários;***

Or. en

Alteração 107
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia;	1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia; ***salienta que a agenda reconhece que os órgãos de poder local aplicam 70 % da legislação da UE e desempenham um papel decisivo na concretização de prioridades fundamentais, como a competitividade, a transição climática e a inclusão social;***

Or. en

Alteração 108
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia;	1. Congratula-se com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», que estabelece um quadro abrangente para o desenvolvimento urbano na União Europeia ***e sublinha que a DG REGIO está numa posição privilegiada para liderar a execução da Agenda da UE para as Cidades e das ações de política urbana conexas***;

Or. en

Alteração 109
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Congratula-se com a proposta da Comissão Europeia de estabelecer diálogos regulares com as cidades e de organizar um diálogo político anual de alto nível para as cidades; considera que é crucial manter contacto direto com os órgãos de poder local para identificar estrangulamentos e desafios em domínios de intervenção específicos, descobrir oportunidades de simplificação e harmonização e fornecer informações sobre os ajustamentos necessários às políticas da UE, bem como recomendações para um apoio específico; defende que estes debates políticos devem ser complementados por consultas específicas a nível técnico com profissionais urbanos e com a participação regular dos serviços

competentes da Comissão;

Or. en

Alteração 110
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Congratula-se com o facto de a agenda reconhecer que os órgãos de poder local aplicam 70 % da legislação da UE e desempenham um papel decisivo na concretização de prioridades fundamentais, como a competitividade, a transição climática e a inclusão social;

Or. en

Alteração 111
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Congratula-se com o facto de a agenda reconhecer que os órgãos de poder local aplicam 70 % da legislação da UE e desempenham um papel decisivo na concretização de prioridades fundamentais, como a competitividade, a transição climática e a inclusão social.

Or. en

Alteração 112
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 1-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-B. Exige que os esforços de simplificação e de redução de potenciais estrangulamentos sejam envidados em benefício das cidades enquanto beneficiárias de financiamento da UE e responsáveis pela execução das políticas da UE;

Or. en

Alteração 113
Denis Nesci

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão ***até à*** Agenda Territorial 2030;	2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão***, a Agenda Urbana da UE, o Acordo de Liubliana, a Nova Carta de Leipzig e a*** Agenda Territorial 2030; ***salienta o contributo do Novo Bauhaus Europeu para a promoção de novas soluções urbanas; regista a fragmentação persistente dos instrumentos e políticas europeus que visam as cidades e a necessidade de uma abordagem mais integrada e coordenada;***

Or. it

Alteração 114
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão até à Agenda Territorial 2030;	2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão até à Agenda Territorial 2030; ***salienta a necessidade de reforçar ainda mais os mecanismos de governação a vários níveis, envolvendo as autoridades urbanas, os Estados-Membros, a Comissão e outras partes interessadas na conceção, execução e avaliação de políticas com impacto urbano;***

Or. ro

Alteração 115
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão até à Agenda Territorial 2030;	2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão até à Agenda Territorial 2030; ***salienta que a abordagem holística promovida pelo Pacto constitui a melhor solução para os desafios de mobilidade nas áreas metropolitanas, criando espaço para a cooperação e para projetos comuns que abranjam as zonas urbanas e rurais, conduzindo a regiões sustentáveis e interligadas;***

Or. en

Alteração 116
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*

2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão até à Agenda Territorial 2030;	2. Relembra os resultados alcançados ao longo do tempo, desde o Pacto de Amesterdão até à Agenda Territorial 2030; ***apela à continuação da aplicação dos seus princípios através de políticas de base local mais fortes, de um desenvolvimento territorial equilibrado, de uma aplicação simplificada e de uma parceria reforçada entre a União, os Estados-Membros, as regiões e as cidades;***
	Or. en

Alteração 117
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Congratula-se com o portal Web das cidades da UE enquanto instrumento importante que poderia simplificar o acesso das cidades a todo o apoio da UE atualmente à sua disposição; sublinha que o apoio administrativo é extremamente importante para aumentar a participação das cidades de pequena e média dimensão nas ações e no financiamento europeus e para se orientarem no labirinto jurídico de procedimentos complexos e de legislação europeia e nacional sobreposta; salienta que este instrumento deve permitir o diálogo direto e o acesso a soluções personalizadas para ajudar os órgãos de poder local e regional a clarificar e resolver questões e desafios pontuais relacionados com os projetos financiados pela UE,
	Or. en

Alteração 118

Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Salienta que o desenvolvimento urbano não pode ser tratado separadamente do desenvolvimento territorial; insta a Comissão a promover investimentos integrados que reforcem as ligações entre as cidades, as pequenas e médias cidades e as zonas rurais vizinhas, reduzindo assim as disparidades regionais e a pressão sobre as grandes aglomerações urbanas;

Or. ro

Alteração 119
André Rougé

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Recorda que, tendo em conta os textos do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), a habitação não é uma competência da União Europeia e que é da competência exclusiva dos seus Estados-Membros.

Or. fr

Alteração 120
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias; ***observa, a este respeito, que a experiência dos planos nacionais de recuperação e resiliência demonstrou os benefícios de uma relação direta entre as administrações centrais e os municípios, pelo que considera prioritário explorar estas experiências na futura política de coesão, contrariando qualquer tendência para a centralização e assegurando a plena participação dos órgãos de poder local não só na execução dos projetos, mas também na fase de programação financeira e na definição de prioridades estratégicas;***

Or. it

Alteração 121
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias; ***salienta que os órgãos de poder local e regional têm o melhor conhecimento das necessidades territoriais e solicita a sua participação sistemática na definição das prioridades de investimento e na conceção dos programas financiados pela política de coesão;***

Or. ro

Alteração 122
Dan Barna, Ľubica Karvašová, Elsi Katainen

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas ***e prioridades*** europeias; ***sublinha, por conseguinte, que os órgãos de poder local e regional devem ser reconhecidos como parceiros fundamentais na execução da Agenda, refletindo as suas responsabilidades em políticas como os transportes, o ordenamento do território e a habitação;***

Or. en

Alteração 123
Irmhild Boßdorf

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades ***desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas*** devem ***não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias***;	3. Salienta que as cidades devem ***estar adequadamente envolvidas na preparação e execução das políticas que as afetam diretamente, em conformidade com as competências dos Estados-Membros, as suas estruturas constitucionais nacionais e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade***;

Or. en

Alteração 124
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem ***não só participar na execução, mas também na elaboração das*** políticas ***europeias***;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem ***estar ativamente envolvidas, juntamente com os órgãos de poder regional e nacional, na execução das políticas da União e num diálogo estruturado sobre futuras iniciativas*** políticas;

Or. en

Alteração 125
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na ***elaboração*** das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na ***cocriação*** das políticas europeias ***, necessitando por isso de um quadro da UE mais sólido que reconheça a natureza interligada dos desafios urbanos***;

Or. en

Alteração 126
Fredis Beleris

Proposta de resolução

N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na ***elaboração*** das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na ***cocriação*** das políticas europeias ***, necessitando por isso de um quadro da UE mais sólido que reconheça a natureza interligada dos desafios urbanos***;

Or. en

Alteração 127
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na ***elaboração*** das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na ***cocriação*** das políticas europeias ***, necessitando por isso de um quadro da UE mais sólido que reconheça a natureza interligada dos desafios urbanos***;

Or. en

Alteração 128
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*

3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades ***e as áreas funcionais*** desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem não só participar na execução, mas também na elaboração das políticas europeias ***através de uma governação a vários níveis estruturada, em conformidade com o princípio da parceria***;

Or. en

Alteração 129
Raquel García Hermida-Van Der Walle, Ľubica Karvašová, Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus, pelo que estas devem ***não só participar*** na execução, mas também na elaboração das políticas europeias;	3. Salienta que as cidades desempenham um papel preponderante na resposta aos grandes desafios europeus***, em particular através do seu papel na execução das políticas da UE no terreno,***, pelo que estas devem ***estar plena e estruturalmente envolvidas não só*** na execução, mas também na elaboração das políticas europeias;

Or. en

Alteração 130
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Reconhece, no entanto, que o êxito da Agenda da UE para as Cidades dependerá da sua capacidade de traduzir os objetivos políticos em recursos

financeiros adequados, numa governação a vários níveis mais forte e em mecanismos de execução mais claros;

Or. en

Alteração 131
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. ***Congratula-se com a*** revisão intercalar da política de coesão, ***que permitiu reafetar eficazmente os*** recursos ***às prioridades emergentes***; congratula-se ***igualmente*** com as iniciativas relativas ao ***princípio do*** direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;	4. ***Toma nota da*** revisão intercalar da política de coesão, ***sublinhando que a reafetação de*** recursos ***deveria incidir exclusivamente nos desafios sociais, na redução das disparidades territoriais, na crise da habitação e nas emergências infraestruturais relacionadas com a crise hídrica; manifesta profunda preocupação com o alargamento dos objetivos da coesão a setores alheios à sua missão original, em detrimento do orçamento destinado ao desenvolvimento territorial***; congratula-se com as iniciativas relativas direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas***, sublinhando que o direito de permanência só pode ser garantido combatendo o despovoamento através da criação de emprego de qualidade, do apoio ao empreendedorismo local e da conectividade digital nas zonas periféricas, rurais e do interior***;

Or. it

Alteração 132
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Congratula-se com a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;	4. Congratula-se com a ***flexibilidade existente no que diz respeito à*** revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; ***salienta que a flexibilidade não deve acabar por diminuir o objetivo fundamental da política de coesão, que é a redução das disparidades económicas, sociais e territoriais, nem enfraquecer as abordagens integradas e de base local, nem prejudicar a previsibilidade e a estabilidade, que são elementos essenciais para o planeamento do investimento a longo prazo;*** congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;

Or. ro

Alteração 133
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Congratula-se com a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;	4. Congratula-se com a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes***, como a habitação e as infraestruturas hídricas e energéticas***; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas; ***solicita que a iniciativa relativa ao princípio do «direito de permanência» aborde, entre outros aspetos, os desafios enfrentados pelas cidades de pequena e média dimensão e o declínio da sua população;***

Or. en

Alteração 134
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Congratula-se com a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;	4. Congratula-se com a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes***, como a habitação a preços acessíveis, a descarbonização industrial, a resiliência hídrica, a transição energética e a redução dos encargos administrativos para as PME***; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;

Or. en

Alteração 135
Irmhild Boßdorf

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. ***Congratula-se com a*** revisão intercalar da política de coesão***, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às*** regiões ***ultraperiféricas***;	4. ***Toma nota da*** revisão intercalar da política de coesão***; salienta que qualquer reafetação dos fundos de coesão deve permanecer voluntária para os Estados-Membros em causa e não deve enfraquecer os objetivos originais da política de coesão nem reduzir o apoio às*** regiões ***menos desenvolvidas, rurais, fronteiriças e demograficamente desfavorecidas***;

Or. en

Alteração 136
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Congratula-se com a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;	4. Congratula-se com a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se igualmente com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões ***montanhosas, rurais,*** costeiras e às regiões ultraperiféricas;

Or. en

Alteração 137
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. ***Congratula-se com*** a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se ***igualmente*** com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;	4. ***Reconhece*** a revisão intercalar da política de coesão, que permitiu reafetar eficazmente os recursos às prioridades emergentes; congratula-se com as iniciativas relativas ao princípio do direito de permanência, às ilhas, às regiões costeiras e às regiões ultraperiféricas;

Or. en

Alteração 138
Daniel Buda

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Solicita que a avaliação das necessidades urbanas e a afetação de recursos tenham em conta, para além da população residente, a população efetivamente servida, a população flutuante, o número de estudantes, os fluxos diários de deslocações pendulares e os utilizadores do serviço público em toda a zona urbana funcional; insta a Comissão a desenvolver uma metodologia comum para medir a pressão urbana e metropolitana, aplicável na programação dos fundos da política de coesão;

Or. ro

Alteração 139
Raquel García Hermida-Van Der Walle, Ľubica Karvašová, Dan Barna, Elsi Katainen

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;	5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas; ***sublinha que economias urbanas fortes são uma condição prévia para a autonomia estratégica da Europa, dada a concentração da capacidade industrial, das infraestruturas de investigação e da mão de obra qualificada nas zonas urbanas;***

Or. en

Alteração 140
Alexandra Mehnert

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;	5. Reconhece o papel das ***pequenas, médias e grandes*** cidades ***, bem como dos centros regionais,*** enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas***, especialmente em regiões afetadas pelas alterações demográficas e por mudanças estruturais de natureza económica***;

Or. de

Alteração 141
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;	5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas***, salientando simultaneamente a necessidade de assegurar uma distribuição mais equitativa dos benefícios económicos e sociais e de manter o desenvolvimento urbano inclusivo***;

Or. en

Alteração 142
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos ***e*** de atividades económicas;	5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos***,*** de atividades económicas ***e ainda enquanto atores-chave na promoção da saúde, da prevenção e de estilos de vida saudáveis***;

Or. en

Alteração 143
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;	5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas***, assegurando simultaneamente um desenvolvimento territorial equilibrado em todas as regiões***;

Or. en

Alteração 144
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;	5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico ***sustentável e inclusivo***, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;

Or. en

Alteração 145
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;	5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, ***do património cultural,*** da educação***, do desporto*** e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;

Or. en

Alteração 146
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação e da competitividade europeia, bem como enquanto polos de atração de	5. Reconhece o papel das cidades enquanto motores do crescimento económico, da inovação, da cultura, da educação***, da inclusão social*** e da competitividade europeia, bem como

talentos, de investimentos e de atividades económicas;	enquanto polos de atração de talentos, de investimentos e de atividades económicas;

Or. en

Alteração 147
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Sublinha o papel das cidades no ecossistema de inovação urbana enquanto entidades com uma governação estruturada e capacidade operacional para elaborar projetos-piloto, testar e implantar soluções inovadoras; salienta que o apoio, o acesso aos instrumentos financeiros europeus e o desenvolvimento dos polos de inovação urbana são cruciais para o funcionamento e o desenvolvimento destes sistemas, conduzindo a um crescimento sustentável e a uma maior competitividade das cidades europeias; destaca, em particular, o potencial das tecnologias digitais, da inteligência artificial e da governação baseada em dados para melhorar a gestão da mobilidade, a eficiência energética, a segurança urbana, a monitorização da qualidade do ar e a prestação de serviços públicos;

Or. en

Alteração 148
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*

5-A. Recorda que o reforço da competitividade e a promoção da coesão territorial devem ser objetivos de reforço mútuo das futuras políticas de investimento da União; reconhece a importância dos ecossistemas locais e regionais no reforço da competitividade das cidades europeias, ligando empresas, universidades, organizações de investigação e autoridades públicas; salienta que o reforço da competitividade das cidades europeias deve ser acompanhado do reforço da sua resiliência, adaptabilidade económica e capacidade de resposta a crises futuras;

Or. en

Alteração 149
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Reconhece o papel das cidades na promoção da cultura, dos valores e das tradições europeias, bem como do seu património cultural; sublinha a importância de ter em conta os centros urbanos históricos e de preservar o património histórico e cultural europeu aquando da conceção de qualquer iniciativa de habitação ou de eficiência energética que possa afetar esse património; considerando que as zonas urbanas são uma pedra angular da identidade europeia e do património cultural e da diversidade;

Or. en

Alteração 150
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Salienta a importância de criar condições favoráveis aos investimentos privados e ao empreendedorismo, incluindo as PME e as empresas em fase de arranque.

Or. en

Alteração 151
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável;	6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável; ***salienta, para o efeito, a necessidade de uma transição sistémica para políticas integradas e de base local, apoiadas por dados georreferenciados e sistemas de informação geográfica (SIG) para mapear analiticamente as desigualdades; insta a que se supere a lógica fragmentada dos convites à apresentação de propostas, que muitas vezes penaliza as administrações locais com menos capacidade administrativa, a favor do financiamento estrutural e dos mecanismos de conceção conjunta; solicita que estes instrumentos sejam principalmente orientados para colmatar as lacunas nas oportunidades microterritoriais e na pobreza educativa, assegurando a plena aplicação da Garantia Europeia para a Infância nas zonas urbanas mais vulneráveis;***

Or. it

Alteração 152
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável***;***	6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável***, da qual a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres são parte integrante; destaca a acentuada lacuna de dados de género existente no domínio da política de coesão e do planeamento urbano e apela aos Estados-Membros para que introduzam métodos de recolha de dados, utilizando dados desagregados por sexo;***

Or. en

Alteração 153
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável;	6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável; ***recorda que a política de coesão deve continuar a ser uma forte política de investimento de base local que apoie um desenvolvimento territorial equilibrado, reduza as disparidades regionais, reforce a competitividade e garanta que nenhum território seja deixado para trás;***

Or. en

Alteração 154
Denis Nesci

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável;	6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável; ***salienta a necessidade de reduzir as desigualdades e de assegurar serviços públicos acessíveis e de qualidade;***

Or. it

Alteração 155
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Sublinha que a coesão social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável;	6. Sublinha que a coesão ***económica,*** social e territorial é uma componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável;

Or. en

Alteração 156
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Manifesta a sua profunda preocupação com o agravamento do efeito da ilha de calor urbana, que representa

	um desafio crescente para a saúde pública e a qualidade de vida nas cidades; insta a Comissão a promover, entre as prioridades da Agenda Urbana da UE, planos de ecologização urbana e intervenções integradas de regeneração dos ecossistemas, incluindo corredores verdes e azuis e a desimpermeabilização dos solos; recomenda que estas medidas favoreçam o sombreamento natural e a permeabilidade das infraestruturas públicas, escolares e pedonais com base no mapeamento das sombras e em análises locais do microclima, a fim de assegurar soluções específicas para proteger as camadas mais vulneráveis da população;
	Or. it

Alteração 157
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Destaca o papel das cidades enquanto intervenientes fundamentais na concretização da dupla transição ecológica e digital; solicita que a política de coesão e outros instrumentos da União apoiem os órgãos de poder local na implantação de tecnologias inovadoras, na melhoria da eficiência na utilização dos recursos, na redução das emissões e no reforço dos serviços públicos digitais de uma forma que não deixe nenhum cidadão para trás;
	Or. en

Alteração 158
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Salienta que a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a redução das desigualdades no domínio da saúde devem ser objetivos horizontais de todas as políticas de desenvolvimento urbano e da política de coesão, em consonância com a abordagem «Saúde em todas as políticas» da Organização Mundial da Saúde;

Or. en

Alteração 159
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança;	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança; ***salienta, para o efeito, que a segurança urbana não pode basear-se apenas em medidas de vigilância e controlo, devendo ser prosseguida através de uma estratégia integrada de segurança social; salienta a importância dos investimentos destinados à regeneração dos espaços públicos, à criação de instalações sociais, culturais e desportivas e à recuperação do tecido comunitário, enquanto instrumentos fundamentais para prevenir a marginalização, combater a criminalidade e promover bairros vivos e inclusivos;***

Or. it

Alteração 160

Dan Barna, Ľubica Karvašová, Elsi Katainen

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança;	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança***, nomeadamente na fronteira oriental, conforme sublinhado na comunicação da Comissão Europeia sobre as regiões fronteiriças orientais, de fevereiro de 2026***; ***salienta que as cidades e os órgãos de poder local estão na linha da frente quando se trata de reagir rapidamente a situações de crise naturais ou não; destaca a importância das infraestruturas, dos mecanismos e dos protocolos de proteção civil, bem como da divulgação local de informações importantes sobre estes aspetos;***

Or. en

Alteração 161
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança;	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança ***e da segurança pública, nomeadamente através de medidas destinadas a prevenir o aumento das taxas de criminalidade urbana, melhorar a segurança rodoviária e reforçar a imagem dos espaços públicos***; ***salienta que ambientes urbanos seguros, protegidos e funcionais são igualmente essenciais para enfrentar os desafios demográficos nas zonas urbanas, melhorar a qualidade de vida e tornar as cidades locais mais atrativas para viver, trabalhar e criar família;***

Or. en

Alteração 162
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança;	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança ***e da preparação civil***; ***salienta que as cidades das regiões da fronteira oriental estão diretamente expostas às consequências das ameaças híbridas, incluindo incursões de drones no espaço aéreo da União, que perturbaram o tráfego aéreo, o turismo e a confiança dos investidores muito para além das zonas imediatamente afetadas; considera que estas cidades necessitam de apoio específico no âmbito da política de coesão e da Agenda da UE para as Cidades;***

Or. en

Alteração 163
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança;	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança; ***salienta que políticas de segurança urbana eficazes devem abordar as causas profundas da criminalidade e da violência, reforçar a cooperação entre os órgãos de poder local e as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e assegurar que os espaços públicos continuam a ser seguros***

e acessíveis a todos os cidadãos;

Or. en

Alteração 164
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança;	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança***, incluindo a ordem pública, a prevenção da criminalidade e a gestão dos efeitos locais da migração irregular, e salienta que os recursos e as competências adequados devem permanecer nos órgãos de poder local, regional e nacional***;

Or. en

Alteração 165
Denis Nesci

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança***;***	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança ***e da preparação para situações de crise. Apela a que seja prestada especial atenção às cidades situadas em regiões fronteiriças e em territórios mais expostos a riscos geopolíticos.***

Or. it

Alteração 166
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança;	7. Destaca o papel das cidades no reforço da segurança ***e no combate às ameaças híbridas, destacando, neste contexto, a situação única com que se defrontam as cidades das regiões orientais que fazem fronteira com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia***;

Or. ro

Alteração 167
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Insta a Comissão a apresentar uma nova estratégia europeia de combate às drogas sintéticas, reforçando a prevenção, a cooperação transfronteiriça, a monitorização das novas substâncias psicoativas e uma abordagem integrada que articule saúde, incluindo as questões de saúde mental e saúde pública, segurança e inclusão social, tendo em conta o impacto crescente destes fenómenos nas cidades, e nos grupos mais vulneráveis; bem como a necessidade de considerar as diferentes rotas de tráfico, incluindo as rotas atlânticas, e as especificidades das cidades das regiões fronteiriças, periféricas e ultraperiféricas neste âmbito;

Or. pt

Alteração 168

Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Solicita que os investimentos em preparação civil urbana, incluindo abrigos públicos, capacidades de constituição de reservas, comunicações de emergência e capacidades eletrónicas antidrones de infraestruturas urbanas críticas, sejam elegíveis ao abrigo dos instrumentos da política de coesão e dos planos de parceria nacionais e regionais; solicita, além disso, melhores condições de financiamento para as cidades das regiões da fronteira oriental, incluindo taxas de cofinanciamento da União mais elevadas e um aumento do pré-financiamento, refletindo a sua exposição em termos de segurança e a sua capacidade orçamental limitada;

Or. en

Alteração 169
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Salienta que a eficácia das estratégias integradas de segurança social depende igualmente da capacidade administrativa e operacional das autoridades locais; salienta a necessidade de reforçar as ações a favor da formação do pessoal municipal dedicado aos serviços comunitários, como os assistentes sociais, os educadores de rua e os mediadores culturais, assegurando a

continuidade das salvaguardas de legalidade e inclusão nos bairros mais complexos;

Or. it

Alteração 170
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Reconhece que a pressão persistente resultante da migração pode sobrecarregar significativamente a habitação, a educação, os cuidados de saúde e outros serviços locais e pode também criar desafios adicionais para a segurança pública; insta a Comissão e os Estados-Membros a terem em conta estes impactos aquando do desenvolvimento de políticas urbanas;

Or. en

Alteração 171
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Salienta que o instrumento de assistência técnica deve incluir uma vertente urbana específica para as cidades de pequena e média dimensão, diretamente acessível às cidades e às zonas urbanas funcionais, a fim de apoiar a capacidade administrativa, a inovação no setor público, a preparação de projetos e as reformas necessárias para concretizar a Agenda da UE para as

Cidades;

Or. en

Alteração 172
Dan Barna, Ľubica Karvašová, Elsi Katainen

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Salienta que, em circunstâncias excecionais, as cidades e os órgãos de poder local e regional necessitam de procedimentos de adjudicação de contratos rápidos e simplificados, de procedimentos de licenciamento acelerados e de procedimentos claros de comunicação e coordenação com outras autoridades responsáveis, a fim de garantir a segurança dos cidadãos;

Or. en

Alteração 173
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Apoia ambientes favoráveis à família e infraestruturas de base comunitária nas cidades, a fim de promover condições favoráveis à formação de novas famílias para os jovens e os grupos vulneráveis;

Or. en

Alteração 174

Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 7-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-B. Salienta a importância de superar modelos de planeamento urbano segregantes que promovam a perceção da insegurança; salienta, para o efeito, a necessidade de promover a miscigenação funcional e temporal nos bairros periféricos e nos centros de intercâmbio, apoiando os planos de horários e horários urbanos enquanto instrumentos de governação territorial destinados a regular e sincronizar os horários das cidades, a fim de conciliar o ritmo de vida dos cidadãos com as necessidades do trabalho e dos serviços públicos; observa que esta abordagem, ao facilitar a criação de serviços, de pequenas empresas e de atividades culturais generalizadas, é essencial para assegurar uma presença ativa no território e uma vigilância social espontânea e contínua;

Or. it

Alteração 175
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 7-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-B. Apoia a criação de espaços verdes e paisagens naturais nas zonas urbanas através de uma política de plantação adequada; considera que os espaços verdes nas zonas urbanas contribuem para uma maior qualidade de vida através da melhoria da qualidade do ar e têm efeitos positivos na saúde dos cidadãos;

reconhece que a promoção de espaços verdes nas zonas urbanas contribui para uma melhor proteção do ambiente e para o cumprimento dos objetivos climáticos da UE.

Or. en

Alteração 176
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 7-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-C. Reitera que o espaço urbano é um bem comum primário, cuja acessibilidade e utilização pública equitativa devem ser protegidas contra os riscos de fragmentação territorial e exclusão social; salienta a necessidade de apoiar projetos de regeneração urbana baseados na gestão participativa dos bens comuns e numa conceção ambiental bem concebida, enquanto instrumentos fundamentais para promover uma supervisão comunitária generalizada e uma vigilância social ativa e espontânea na zona; salienta, neste contexto, o valor da florestação urbana direcionada enquanto infraestrutura de segurança estratégica integrada, capaz de transmitir um sentimento de supervisão institucional e comunitária destinada a prevenir a microcriminalidade e a degradação, bem como de aumentar a resiliência às alterações climáticas através da redução do efeito de ilha térmica, da atenuação dos riscos de inundações e da melhoria da habitabilidade e da saúde pública em espaços urbanos frágeis;

Or. it

Alteração 177
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. ***Assinala que*** a crise da habitação ***é uma das principais prioridades políticas***; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. ***Salienta a necessidade de abordar*** a crise da habitação ***como prioridade política e manifesta grande preocupação com as crescentes dificuldades em matéria de habitação que afetam, em particular, os estudantes e os jovens em formação na UE, cuja taxa de sobrecarga dos custos de habitação se situa constantemente acima da média***; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis; ***salienta, além disso, a importância de apoiar a construção de novos edifícios com a recuperação, reutilização e melhoria do parque imobiliário existente, integrando habitação acessível com medidas de eficiência energética e adaptação sísmica dos edifícios, a fim de acelerar as respostas habitacionais e combater o consumo de terras;***

Or. it

Alteração 178
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com

satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis; ***salienta que a política de coesão pode dar um contributo significativo nas cidades para enfrentar os desafios da habitação, apoiando investimentos em habitação a preços acessíveis, sustentável e eficiente do ponto de vista energético; sublinha a importância de aumentar a disponibilidade de habitação social de qualidade e de assegurar que as políticas de habitação respondam às necessidades reais dos grupos vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os idosos, os agregados familiares de baixos rendimentos, os jovens e as famílias, promovendo a acessibilidade, a comportabilidade dos preços e a inclusão social;***
	Or. en

Alteração 179
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas***; observa que a crescente pressão sobre os mercados da habitação em muitas cidades europeias é impulsionada por uma combinação de oferta de habitação insuficiente, evolução demográfica e pressões migratórias, exigindo por isso respostas políticas abrangentes***; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis; ***salienta que o aumento da oferta de habitação continua a ser essencial para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação;***

apela ao apoio à construção de novas habitações e à renovação do parque habitacional existente, respeitando simultaneamente as competências nacionais;

Or. en

Alteração 180
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis; ***recorda que as políticas de habitação continuam a ser, em primeiro lugar, da responsabilidade dos Estados-Membros e dos órgãos de poder local e que a ação da União deve centrar-se na facilitação do investimento, na eliminação dos obstáculos e no apoio ao intercâmbio de boas práticas, respeitando plenamente o princípio da subsidiariedade;***

Or. en

Alteração 181
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas;

realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	realça o papel central dos ***Estados-Membros e dos*** órgãos de poder local ***e regional*** na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação***, em conformidade com o princípio da subsidiariedade,*** e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis***, desde que respeite as competências nacionais, apoie tanto a habitação de renda acessível como o acesso a habitação própria, e mobilize os recursos de coesão existentes, em vez de os desviar***;

Or. en

Alteração 182
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis; ***apela a um maior apoio à regeneração de espaços industriais abandonados, à reutilização das zonas urbanas existentes e à renovação de edifícios subutilizados como forma de aumentar a oferta de habitação, reduzindo simultaneamente a pressão sobre os terrenos não urbanizados;***

Or. en

Alteração 183
André Rougé

Proposta de resolução

N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação***; acolhe com satisfação o*** futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação **–** ***nomeadamente da habitação social, no que diz respeito às regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia –*** é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação***; recordando, ao mesmo tempo que a União Europeia não tem competência em matéria de habitação, o que contradiz a própria lógica do*** futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;

Or. fr

Alteração 184
Irmhild Boßdorf

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis; ***salienta que a ação da União no domínio da habitação deve respeitar plenamente as competências dos Estados-Membros, a diversidade dos sistemas de habitação nacionais e locais e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade;***

Or. en

Alteração 185

Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas ***e sociais; salienta que a crise difere consideravelmente entre cidades e territórios***; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração ***e execução célere*** de estratégias eficazes em matéria de habitação***, através de soluções de base local desenvolvidas conjuntamente pelas cidades, regiões e Estados-Membros;*** e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;

Or. en

Alteração 186
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação ***é*** uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação ***e*** acolhe com satisfação ***o*** futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação ***constitui*** uma das principais prioridades políticas ***da União***; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração ***e implementação*** de estratégias eficazes em matéria de habitação***, nomeadamente no desenvolvimento de soluções que promovam a acessibilidade para os jovens, as famílias e a classe média;*** acolhe com satisfação ***a iniciativa relativa ao*** futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;

Or. pt

Alteração 187
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis; ***salienta que o aumento da oferta de habitação social, pública, sustentável e a preços acessíveis deve tornar-se uma das prioridades estratégicas de investimento da futura política de coesão;***

Or. en

Alteração 188
Denis Nesci

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação ***e*** acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação***.*** Acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis ***e apoia o recurso a investimentos públicos e privados para aumentar a oferta de habitação a preços acessíveis***;

Or. it

Alteração 189
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis;	8. Assinala que a crise da habitação é uma das principais prioridades políticas; realça o papel central dos órgãos de poder local na elaboração de estratégias eficazes em matéria de habitação e acolhe com satisfação o futuro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis ***e apela a que este seja acompanhado de recursos financeiros suficientes***;

Or. ro

Alteração 190
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Insta a Comissão a assegurar que a próxima estratégia da UE para o turismo sustentável atenda ao impacto negativo crescente do turismo de massa e da proliferação de arrendamentos de curta duração na habitação, bem como nas economias urbanas e na habitabilidade, nomeadamente em termos de deslocação de serviços essenciais, que agravam a gentrificação, em particular nas zonas urbanas, costeiras e rurais de alta pressão; salienta a necessidade de medidas legislativas e financeiras concretas para apoiar os Estados-Membros e os órgãos de poder local e regional na regulamentação do mercado do alojamento turístico, em conformidade com a jurisprudência do

TJUE, no combate à conversão de habitações residenciais em unidades turísticas, incluindo as ilegais, e na aplicação da legalidade; considera que a preservação das cidades como locais onde as pessoas podem viver, e não apenas visitar, deve ser um pilar fundamental de um modelo de turismo sustentável;

Or. en

Alteração 191
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Salienta o papel dos órgãos de poder local na resposta aos desafios da habitação, através da modernização do parque imobiliário existente, de estratégias integradas de regeneração urbana, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas (que em casos justificados deve poder ser feito com fundos europeus), eficiência energética e descarbonização das habitações, bem como da reutilização de edifícios públicos ou devolutos para novos usos sociais e económicos; incentiva a adoção de soluções inovadoras e sustentáveis, nomeadamente no quadro da iniciativa Novo Bauhaus Europeu, que promovam a inclusão social, a valorização do património local e a resiliência dos bairros;

Or. pt

Alteração 192
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução

N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Recorda que a competência em matéria de habitação é uma competência que envolve diretamente as entidades locais e as autoridades urbanas; insiste em que qualquer ação neste domínio deve respeitar o papel e as competências dos órgãos de poder local, regional e nacional a este respeito; salienta ainda que qualquer iniciativa da Comissão deve respeitar plenamente o princípio da subsidiariedade, começando pelo nível local, e respeitar especificamente os órgãos de poder local neste domínio; sugere que as ações a nível da UE possam consistir em apoiar as entidades locais através de fundos da UE, reduzir os procedimentos burocráticos excessivos e facilitar o cumprimento dos requisitos energéticos a nível da construção;

Or. en

Alteração 193
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Insta a Comissão, no âmbito da execução do Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, a integrar critérios de condicionalidade social na atribuição do financiamento da União para a habitação estudantil, assegurando que esses investimentos sejam canalizados prioritariamente para organismos de gestão sem fins lucrativos, projetos de regeneração urbana de bens públicos não utilizados e cooperativas de habitação permanente, como medida essencial para

colmatar as lacunas regionais em termos de atratividade académica e salvaguardar a coesão territorial;

Or. it

Alteração 194
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Salienta que o acesso a habitação sustentável a preços acessíveis deve ser abordado através de estratégias integradas de regeneração urbana e de desenvolvimento urbano de base local, combinando habitação social e pública, regeneração de bairros, espaços públicos, renovação eficiente do ponto de vista energético, adaptação às alterações climáticas, mobilidade sustentável, acessibilidade a serviços essenciais e infraestruturas sociais; sublinha que essas estratégias devem responder às necessidades específicas das cidades e das zonas urbanas funcionais e refletir, tanto quanto possível, os princípios do Novo Bauhaus Europeu;

Or. en

Alteração 195
Daniel Buda

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Solicita que a taxa de cofinanciamento europeu tenha em conta

	a natureza metropolitana do investimento, o seu contributo para os objetivos climáticos e sociais da União, o número real de beneficiários e a capacidade do projeto para gerar receitas, e não apenas a categoria de desenvolvimento da região; apela a um aumento da taxa de cofinanciamento para projetos intercomunitários, investimentos em contratos «Cidade do Clima» e infraestruturas públicas essenciais sem receitas suficientes;

Or. ro

Alteração 196
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Salienta que um dos maiores desafios para as cidades é a crise da habitação, que tem de ser abordada de ambas as perspetivas: a falta de casas de qualidade e a preços acessíveis para as famílias e os jovens, bem como os edifícios abandonados; sublinha que os edifícios e espaços abandonados não são apenas oportunidades de habitação perdidas, mas também riscos de segurança que estão a reduzir a qualidade dos bairros e a qualidade de vida na zona;

Or. en

Alteração 197
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Insta a Comissão e os Estados-Membros a disponibilizarem instrumentos financeiros específicos no âmbito da política de coesão para ajudar os órgãos de poder local em zonas costeiras e urbanas insulares com elevada procura a expandir o parque habitacional público, estudantil e a preços acessíveis, evitando a deslocação de jovens e trabalhadores locais essenciais;

Or. en

Alteração 198
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 8-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-B. Salienta que a transição para um parque imobiliário descarbonizado deve ser apoiada através de estratégias territoriais integradas que associem, desde o início, o planeamento energético, as políticas de renovação e o desenvolvimento urbano sustentável; destaca o papel fundamental das cidades e das regiões na coordenação dos planos locais de aquecimento e arrefecimento com os planos nacionais de renovação de edifícios e apela à sua participação efetiva na conceção, execução e acompanhamento das políticas e investimentos conexos;

Or. en

Alteração 199
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 8-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-B. Sublinha que os estudantes são especialmente afetados pela crise da habitação e que o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis e todos os outros programas europeus devem ter em conta uma variedade de instrumentos financeiros europeus e nacionais para resolver rapidamente este desafio, melhorando a qualidade de vida e a acessibilidade dos preços do ensino superior para os jovens europeus;

Or. en

Alteração 200
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 8-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-B. Sublinha que é fundamental explorar formas de prevenir o despovoamento nas zonas rurais e nas cidades de pequena e média dimensão, promovendo simultaneamente o acesso à habitação através de medidas que combinem ações de habitação e a disponibilização adequada de infraestruturas sociais, de saúde, educativas, energéticas e de transportes nas zonas afetadas pelo declínio demográfico;

Or. en

Alteração 201
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 8-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-B. Recomenda a introdução sistemática de um «Child Check» como instrumento estável para a análise territorial e o acompanhamento ex ante nos programas de regeneração urbana e de habitação social financiados pela política de coesão, a fim de assegurar uma avaliação de impacto geracional de todas as intervenções urbanas sobre os direitos das crianças;

Or. it

Alteração 202
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
N.º 8-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-B. Salienta que as zonas urbanas insulares e periféricas enfrentam custos mais elevados de construção e transporte de matérias-primas; insta a Comissão a permitir uma maior flexibilidade e taxas de cofinanciamento mais elevadas para projetos de renovação de habitações e de eficiência energética nestas regiões;

Or. en

Alteração 203
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 8-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-C. Apela a que o acesso à habitação e aos serviços conexos seja considerado um domínio fundamental no âmbito dos objetivos políticos dos futuros fundos da política de coesão, destinados especialmente às nossas próximas gerações, e da agenda política para as cidades; salienta, a este respeito, que as medidas relacionadas com a habitação que podem ser financiadas pelos fundos de coesão devem ser elegíveis de acordo com as exigências e necessidades dos órgãos de poder local e regional, tendo em conta as suas próprias especificidades;

Or. en

Alteração 204
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 8-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-C. Sublinha que a escassez de alojamento para estudantes a preços acessíveis em muitas cidades europeias constitui um obstáculo crescente à igualdade de acesso ao ensino superior, à mobilidade e ao desenvolvimento de competências; insta a Comissão, os Estados-Membros e os órgãos de poder local a explorarem mecanismos de financiamento específicos e parcerias público-privadas destinadas a aumentar a oferta de habitação para estudantes a preços acessíveis e de elevada qualidade;

Or. en

Alteração 205
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
N.º 8-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-C. Salienta a necessidade urgente de proteger os agregados familiares vulneráveis que enfrentam graves dificuldades financeiras e o risco de execução hipotecária; insta a Comissão e os Estados-Membros a utilizarem a política de coesão para financiar serviços de aconselhamento locais, mecanismos de mediação da dívida e redes de segurança em matéria de habitação destinadas a prevenir despejos forçados e a garantir a retenção de residências primárias;

Or. en

Alteração 206
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 8-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-D. Considera que qualquer utilização dos fundos da política de coesão para projetos de habitação deve ser alinhada com a própria política e evitar promover a sobrepopulação nas zonas urbanas de elevada densidade populacional; considera que a utilização dos fundos da política de coesão para projetos de habitação deve respeitar o seu objetivo de combater o despovoamento nas regiões mais atrasadas; sugere que os objetivos de combate ao despovoamento em determinadas regiões e cidades, e à escassez de instalações de habitação possam ser abordados simultaneamente através de projetos de conectividade reforçada;

Or. en

Alteração 207
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
N.º 8-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-D. Manifesta a sua profunda preocupação com a aquisição em grande escala de terrenos e imóveis residenciais por fundos especulativos e investidores de países terceiros, o que inflaciona artificialmente os preços dos imóveis e desloca as comunidades locais; insta a Comissão a apoiar os órgãos de poder local na aplicação de salvaguardas regulamentares e de mecanismos de análise locais específicos para proteger os mercados regionais da habitação contra investimentos predatórios de países terceiros;

Or. en

Alteração 208
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 8-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-D. Insta a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem as cidades nos seus esforços para impulsionar a renovação e a conversão de edifícios vagos e abandonados em habitação a preços acessíveis, alojamento estudantil e infraestruturas sociais; manifesta a sua preocupação com a crescente financeirização da habitação e com o impacto das práticas especulativas

	excessivas e dos mercados de arrendamento de curta duração na acessibilidade dos preços da habitação;

Or. en

Alteração 209
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa; ***salienta que este princípio só pode ser garantido através do investimento em empregos de qualidade, habitação a preços acessíveis, infraestruturas, serviços públicos e conectividade, especialmente nas regiões que enfrentam o declínio demográfico e o despovoamento; salienta que este objetivo é ainda mais importante tendo em conta que a população das regiões predominantemente rurais da UE diminuiu, em média, 0,1 % por ano entre 2015 e 2020, enquanto a população das regiões predominantemente urbanas aumentou 0,4 % por ano, salientando a necessidade de investimentos territoriais equilibrados;***

Or. ro

Alteração 210
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa; ***salienta, a este respeito, a necessidade de coordenar as agendas urbanas com estratégias para as zonas interiores e de montanha, assegurando investimentos em infraestruturas digitais e físicas para combater o despovoamento e o envelhecimento demográfico, especialmente nas regiões com desvantagens estruturais;***

Or. it

Alteração 211
Dan Barna, Ľubica Karvašová, Elsi Katainen

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa; ***salienta que as cidades da fronteira oriental enfrentam desafios particulares devido à guerra na Ucrânia, que conduziu ao encerramento das fronteiras, ao corte de laços económicos e sociais e à diminuição da atratividade das regiões para os investidores e os agentes económicos;***

Or. en

Alteração 212
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa; ***salienta que a luta contra o declínio demográfico deve tornar-se parte integrante das políticas de desenvolvimento urbano, através da criação de condições que incentivem os jovens e as famílias a permanecer, a trabalhar e a criar os seus filhos nas cidades europeias;***

Or. en

Alteração 213
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito ***conferido às*** pessoas ***de poderem escolher*** viver, ***trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa***;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito ***de todas as*** pessoas ***de permanecerem, viverem e prosperarem no local onde escolhem*** viver, ***através do acesso efetivo a oportunidades, serviços de interesse geral de qualidade, educação, cuidados de saúde, emprego digno e condições de vida adequadas, sem serem obrigadas a partir devido a disparidades económicas ou sociais***;

Or. en

Alteração 214
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa***, apoiado pelo acesso a serviços públicos de qualidade, incluindo transportes, habitação a preços acessíveis, emprego de qualidade e igualdade de oportunidades***;

Or. en

Alteração 215
Raquel García Hermida-Van Der Walle, Ľubica Karvašová, Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa; ***insta a Comissão a aplicar este princípio de forma eficaz e concreta no novo período do QFP;***

Or. en

Alteração 216
Irmhild Boßdorf

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância ***do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às*** pessoas ***de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa***;	9. Salienta a importância ***de permitir que as*** pessoas ***permaneçam nas suas comunidades de origem, assegurando o acesso a emprego estável, habitação a preços acessíveis, educação, cuidados de saúde, transportes e outros serviços públicos essenciais, com especial atenção aos jovens e às famílias***;

Or. en

Alteração 217
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa;	9. Salienta a importância do princípio do direito de permanência, entendido como o direito conferido às pessoas de poderem escolher viver, trabalhar e construir o seu futuro nos territórios a que chamam casa***, que deve ser aplicado também nas zonas urbanas e cidades***;

Or. pt

Alteração 218
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Apela à realização de projetos de conectividade em cidades de pequena e média dimensão, a fim de garantir o direito de permanência e permitir que a população local viva no seu local de origem; considera que o reforço da

ligação às capitais, às grandes cidades, aos centros urbanos e áreas metropolitanas pode contribuir para combater o despovoamento, aumentando simultaneamente o número de habitações disponíveis no mercado; considera que este tipo de investimento deve ser acompanhado da prestação de outros serviços básicos, como os serviços de saúde, educação, energia e água, em zonas afetadas pelo declínio demográfico;

Or. en

Alteração 219
Daniel Buda

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Apela à elegibilidade da aquisição de terrenos e edifícios, à conversão de edifícios não utilizados, à regeneração de terrenos degradados, à construção e reabilitação de habitações públicas para arrendamento e às infraestruturas necessárias para novos empreendimentos habitacionais a preços acessíveis; apela à possibilidade de o apoio se destinar aos jovens, às famílias, aos estudantes, às pessoas vulneráveis e aos trabalhadores críticos, com a criação de condições de acessibilidade a longo prazo e de medidas para evitar a deslocação das comunidades existentes;

Or. ro

Alteração 220
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução

N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Salienta, a este respeito, a necessidade de coordenar a Agenda das Cidades da UE com estratégias territoriais para as zonas interiores e de montanha, assegurando investimentos específicos em infraestruturas digitais e físicas, a fim de combater o despovoamento e o envelhecimento demográfico, especialmente nas regiões que enfrentam desvantagens estruturais ou desafios demográficos graves e permanentes;

Or. it

Alteração 221
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Salienta que as cidades europeias estão na linha da frente da crise climática, enfrentando vagas de calor mais frequentes e extremas; destaca a necessidade de libertar o potencial das cidades para liderar mudanças transformadoras, promovendo o planeamento sustentável, a recuperação de árvores e inovações de engenharia, bem como de ajudar as cidades a alcançar a neutralidade climática até 2040;

Or. en

Alteração 222
Piotr Müller, Waldemar Buda

Proposta de resolução

N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Salienta que a política de coesão deve contribuir ativamente para inverter o declínio demográfico, apoiando as famílias, a habitação familiar a preços acessíveis, os serviços de acolhimento de crianças e os serviços que incentivam os jovens a permanecer ou a regressar aos seus territórios de origem e promovendo condições favoráveis à renovação geracional natural;

Or. en

Alteração 223
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Salienta que o princípio do «direito de permanência» e o declínio demográfico exigem políticas territoriais integradas de apoio às famílias jovens, estruturas de acolhimento de crianças a preços acessíveis, envelhecimento ativo, retenção de talentos, solidariedade intergeracional e atração de trabalhadores qualificados nas zonas urbanas e periurbanas.

Or. en

Alteração 224
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-B. Salienta que, apesar de um PIB médio per capita mais elevado em comparação com as zonas rurais, muitas cidades enfrentam crescentes desigualdades intraurbanas, fortes pressões em matéria de acessibilidade dos preços da habitação, situação de sem-abrigo e bolsas de pobreza em bairros urbanos desfavorecidos; sublinha que a política de coesão e a agenda relativa ao direito de permanência devem dar resposta a estes desafios através de investimentos integrados e de base local em habitação a preços acessíveis, nos serviços públicos, na mobilidade sustentável, na resiliência às alterações climáticas e nas infraestruturas sociais;

Or. en

Alteração 225
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-C. Sublinha que, nas cidades, a defesa do princípio do «direito de permanência» exige uma abordagem sistémica do aumento do custo de vida, que está a agravar as desigualdades e a afastar progressivamente os agregados familiares de rendimentos baixos e médios, os jovens e os trabalhadores, incluindo em setores fundamentais, erodindo assim o tecido social das cidades e o direito dos residentes ao espaço urbano em que vivem;

Or. en

Alteração 226
Fredis Beleris

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com ***os transportes, a educação, os cuidados de saúde e*** o emprego***;*** solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente***:***
	a) transportes: sistemas integrados de ***mobilidade sustentável, incluindo transportes públicos, infraestruturas cicláveis, redes pedonais, plataformas de transporte multimodal, mobilidade sem emissões, serviços de transporte acessíveis e sistemas de transporte inteligentes***
	b) educação: estruturas de acolhimento de crianças a preços acessíveis, escolas e espaços públicos adaptados às crianças
	c) cuidados de saúde: cuidados de saúde preventivos, serviços de saúde mental, infraestruturas digitais de saúde, planeamento urbano saudável e acesso equitativo aos cuidados de saúde primários
	d) assistência social: acessibilidade, assegurando a igualdade de acesso das pessoas com deficiência aos transportes, à habitação, à educação, aos cuidados de saúde, aos serviços públicos, às infraestruturas digitais e aos espaços públicos
	d) serviços relacionados com o emprego***: orientação profissional, melhoria de competências, requalificação***
	solicita que se promova o investimento na

	mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança ***e acessibilidade*** dos espaços públicos, dedicando particular atenção ***às famílias numerosas, às famílias monoparentais, aos jovens,*** às mulheres e aos grupos vulneráveis;

Or. en

Alteração 227
Denis Nesci

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, ***notadamente de*** serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e ***o*** emprego***; solicita que se promova o investimento*** na mobilidade sustentável, ***nos sistemas*** de transportes públicos e na segurança ***dos*** espaços públicos***, dedicando particular atenção às*** mulheres ***e aos*** grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel ***estratégico e indispensável*** das cidades na prestação de serviços essenciais de ***elevada*** qualidade, ***com especial referência aos*** serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e ***políticas ativas de*** emprego***. Apela, por conseguinte, à promoção de investimentos concretos*** na mobilidade sustentável, ***no reforço das redes*** de transportes públicos e***, com prioridade absoluta,*** na ***proteção da*** segurança ***e da ordem pública, tanto nos centros das cidades como, sobretudo, nas periferias. Estas intervenções devem ter como objetivo garantir um controlo abrangente e uma vigilância ativa do território, devolvendo*** espaços públicos ***seguros, bem iluminados e acessíveis a todos os cidadãos. Deve ser dada uma atenção especial e prioritária à proteção das*** mulheres***, dos menores, dos idosos e de todos os*** grupos ***mais*** vulneráveis***, combatendo com firmeza todas as formas de degradação e criminalidade, a fim de garantir o direito fundamental à segurança e ao livre usufruto da própria cidade***;

Or. it

Alteração 228
Paulo do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, ***a*** educação, ***os*** cuidados de saúde e ***o*** emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de ***transportes públicos*** e na segurança dos espaços públicos, ***dedicando particular atenção às*** mulheres e ***aos*** grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, ***da*** educação, ***dos*** cuidados de saúde e ***do*** emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de ***transporte público*** e na segurança dos espaços públicos, ***tendo em conta as especificidades territoriais e as diferentes capacidades geográficas para a implementação de soluções de mobilidade adequadas, incluindo os transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos, bem como a necessidade de assegurar meios de transporte adequados e a criação, modernização e manutenção das infraestruturas necessárias; salienta a necessidade de assegurar que estas políticas respondam às necessidades das*** mulheres e ***dos*** grupos ***mais*** vulneráveis;

Or. pt

Alteração 229
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o

emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;	emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis; ***salienta a necessidade de transportes públicos acessíveis, a preços comportáveis, práticos e seguros, adaptados às necessidades das crianças, dos idosos e das pessoas com deficiência; sublinha a importância de desenvolver nós urbanos, sistemas de transporte intermodal, ligações de transporte multimodal e ligações no último quilómetro que liguem as cidades às zonas periurbanas e rurais circundantes, bem como de melhorar a conectividade transfronteiriça;***

Or. en

Alteração 230
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis; ***insta, neste contexto, à integração entre o planeamento urbano e a execução dos planos da Garantia Europeia para a Infância, assegurando o apoio estável de «instalações socioeducativas» e de infraestruturas educativas comunitárias com livre acesso***

	em zonas com uma taxa mais elevada de crianças em risco de pobreza ou exclusão social (AROPE);

Or. it

Alteração 231
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e ***aos*** grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade***, acessíveis e a preços comportáveis***, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde***, a habitação, o acolhimento de crianças, os cuidados de longa duração, os serviços públicos digitais*** e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável***, tecnologicamente neutra e a preços comportáveis***, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres***, aos idosos, às pessoas com deficiência*** e ***a outros*** grupos vulneráveis; ***apela a um maior apoio às infraestruturas de transportes urbanos que melhorem a conectividade, reduzam o congestionamento e reforcem a competitividade económica;***

Or. en

Alteração 232
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e ***aos*** grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos***, incluindo medidas para melhorar a qualidade ambiental nas cidades através da abordagem do expossoma urbano, nomeadamente a poluição atmosférica, o ruído, as ilhas de calor e o acesso a espaços verdes***, dedicando particular atenção às mulheres e ***a outros*** grupos vulneráveis; ***apela à promoção de espaços públicos de qualidade, da acessibilidade universal e de um urbanismo adaptado às crianças e aos idosos;***

Or. en

Alteração 233
Rosa Serrano Sierra, Marcos Ros Sempere

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços ***essenciais*** de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita ***que se promova o*** investimento na mobilidade sustentável, nos ***sistemas de*** transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres ***e*** aos grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na ***garantia e*** prestação de serviços ***públicos*** de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita ***um maior*** investimento ***público e privado*** na mobilidade sustentável, nos transportes públicos ***acessíveis e a preços comportáveis, em melhores infraestruturas cicláveis e pedonais, num sistema de transportes eficiente com boa conectividade interna (local) e externa (regional),*** e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular

	atenção às mulheres**,** aos grupos vulneráveis ***e, em especial, aos utilizadores com mobilidade reduzida e com deficiência***;

Or. en

Alteração 234
Mārtiņš Staķis
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento ***na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos***, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; ***alerta para o facto de a gentrificação e o aumento do custo de vida estarem a minar progressivamente a igualdade de acesso a estes serviços nas cidades, afetando de forma desproporcionada as comunidades vulneráveis e com rendimentos mais baixos;*** solicita que se promova o investimento ***em serviços essenciais acessíveis e a preços comportáveis***, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;

Or. en

Alteração 235
Irmhild Boßdorf

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na	10. Destaca o papel das cidades na

prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, ***dedicando*** particular ***atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis***;	prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, ***com vista a assegurar espaços públicos seguros, acessíveis e bem conservados para todos os cidadãos, em*** particular ***as crianças, as famílias, os idosos e as pessoas com deficiência***;

Or. en

Alteração 236
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação***, os serviços de acolhimento de crianças,*** os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos***, na acessibilidade dos transportes públicos e dos edifícios públicos para as pessoas com deficiência*** e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;

Or. en

Alteração 237
Raquel García Hermida-Van Der Walle, Ľubica Karvašová, Dan Barna

Proposta de resolução

N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, ***incluindo a bicicleta,*** nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;

Or. en

Alteração 238
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres e aos grupos vulneráveis;	10. Destaca o papel das cidades na prestação de serviços essenciais de qualidade, notadamente de serviços relacionados com os transportes, a educação, os cuidados de saúde e o emprego; solicita que se promova o investimento na mobilidade sustentável, nos sistemas de transportes públicos e na segurança dos espaços públicos, dedicando particular atenção às mulheres***, aos idosos*** e aos grupos vulneráveis;

Or. en

Alteração 239
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Salienta a urgência de superar a lógica dos projetos temporários e calendarizados no combate à pobreza educativa; solicita que as estruturas socioeducativas estáveis sejam concebidas como infraestruturas comunitárias de acesso livre, abertas continuamente, mesmo durante os períodos extracurriculares e de verão, estruturadas através de «Pactos Educativos Comunitários» entre as escolas, as autoridades locais e o terceiro setor; insiste em que o seu financiamento estrutural seja assegurado como uma prioridade social limitada na futura arquitetura financeira da União pós-2027;

Or. it

Alteração 240
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Apela a investimentos em estruturas de acolhimento de crianças, serviços pós-escolares e infraestruturas de cuidados de saúde locais, a fim de reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades; salienta a importância de desenvolver cidades adaptadas às crianças através de espaços públicos seguros, transportes acessíveis, instalações de acolhimento de crianças e de ensino de qualidade, infraestruturas recreativas e planeamento urbano inclusivo que apoiem o bem-estar, o desenvolvimento e a participação das crianças na vida

comunitária;

Or. en

Alteração 241
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Destaca a importância crescente da resiliência hídrica nas cidades, incluindo a gestão sustentável da água, a descimentação e a utilização adequada das fontes naturais existentes, a eficiência hídrica, a prevenção de inundações, os planos de preparação para secas no âmbito de soluções baseadas na natureza, a inclusão social, a acessibilidade à água e uma conceção arquitetónica adaptada e de qualidade;

Or. en

Alteração 242
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Salienta que, apesar de registarem um PIB médio per capita mais elevado do que as zonas rurais, muitas cidades enfrentam fortes pressões em matéria de acessibilidade dos preços da habitação, desigualdades intraurbanas crescentes, situação de sem-abrigo e bolsas de pobreza em bairros urbanos desfavorecidos;

Or. en

Alteração 243
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Reconhece que o desenvolvimento urbano sustentável depende de uma forte cooperação entre as cidades, os municípios circundantes e as zonas rurais; incentiva o planeamento territorial integrado em todos os territórios funcionais;

Or. en

Alteração 244
Daniel Buda, Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Reconhece o contributo da cultura para aumentar a atratividade económica e a competitividade, apoiar a coesão social e melhorar a qualidade de vida em ambientes urbanos;

Or. ro

Alteração 245
Klara Dostalova, Marie-Luce Brasier-Clain, Tamás Deutsch, André Rougé

Proposta de resolução
N.º 10-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*

10-B. Salienta que as famílias são a pedra angular de cidades fortes, resilientes e prósperas e que, por conseguinte, o apoio à vida familiar deve ser reconhecido como parte integrante das políticas de desenvolvimento urbano; insta a Comissão e os Estados-Membros a promoverem ambientes urbanos favoráveis à família, melhorando o acesso a habitação a preços acessíveis, a educação de qualidade, a serviços de acolhimento de crianças, a cuidados de saúde, a espaços públicos seguros e a oportunidades de emprego, contribuindo assim para a coesão social e dando resposta aos desafios demográficos a longo prazo;

Or. en

Alteração 246
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 10-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-B. Salienta a importância de promover a inclusão ativa e o papel de liderança da geração mais jovem nos processos de tomada de decisão locais, em consonância com a abordagem de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC); insta os Estados-Membros a utilizarem os recursos afetados à assistência técnica e ao reforço das capacidades administrativas para financiar profissionais com experiência em facilitação territorial, trabalho com jovens e mediação intercultural em zonas vulneráveis;

Or. it

Alteração 247
Dan Barna, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 10-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-B. Apela a uma maior cooperação entre os órgãos de poder local, os estabelecimentos de ensino, os serviços sociais e as autoridades responsáveis pela aplicação da lei na prevenção e resolução de casos de crianças desaparecidas e de outros riscos que afetam menores, nomeadamente através da utilização de tecnologias inovadoras e de medidas de sensibilização, respeitando plenamente os direitos fundamentais e as regras em matéria de proteção de dados;

Or. en

Alteração 248
Marcos Ros Sempere, Hannes Heide, Rosa Serrano Sierra, Sakis Arnaoutoglou, Marko Vešligaj, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 10-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-B. Salienta que as cidades não só estão na vanguarda da resposta aos principais desafios da Europa, como também são parceiros essenciais na conceção, execução, acompanhamento e avaliação das políticas da União, uma vez que uma parte substancial da legislação da União diz direta ou indiretamente respeito às cidades e aos investimentos no terreno;

Or. en

Alteração 249
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 10-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-B. Sublinha que a política de coesão e a agenda relativa ao direito de permanência devem dar resposta a estes desafios através de investimentos integrados e de base local em habitação a preços acessíveis, na mobilidade sustentável, nos serviços públicos, na resiliência às alterações climáticas e nas infraestruturas sociais;

Or. en

Alteração 250
Valentina Palmisano
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 10-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-C. Insta a Comissão e os Estados-Membros a integrarem sistematicamente uma «perspetiva geracional» como critério transversal no planeamento e acompanhamento das estratégias de desenvolvimento urbano sustentável, para que a equidade intergeracional se torne um princípio orientador da política de coesão;

Or. it